



RESENHAS

WILKINSON, J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo, Hucitec/CEPA-BA, 1986. 219p.

Wilkinson está preocupado, neste estudo, em analisar a transformação do processo de trabalho da exploração familiar tradicional quando esta é submetida a uma política de modernização. Ele vê esta política de modernização como tendo o objetivo de subordinar a produção agrícola à agroindústria. O trabalho está dividido em duas partes, apresentando, na primeira parte, a fundamentação teórica do estudo e na segunda uma análise de três estudos de casos, restritos a três projetos abrangidos pelo POLONORDESTE, que se constitui na preocupação primordial do autor.

Na primeira parte, Wilkinson procura mostrar que, antes do POLONORDESTE, a política de modernização era dirigida para o latifúndio — essencialmente através do crédito subsidiado, estimulando a migração dos minifúndios para as regiões de fronteira, preocupando-se com a formação de uma “classe média rural” de produtores capitalistas de tamanho médio —, com o POLONORDESTE o setor minifundista é encarado, pela primeira vez, do ponto de vista de seu potencial produtivo existente. Ele defende, no entanto, que isto não pode ser isolado do que ocorre no setor internacional, coincidindo com as posições assumidas pelo Banco Mundial, que no seu segundo plano quinquenal, em 1973, orientou suas linhas de ações prioritariamente para a pobreza rural, e com a mudança do eixo de lucro da esfera da própria produção agrícola para os setores da produção de insumos e de processamento. O pequeno produtor foi, na verdade, redescoberto como um fornecedor de matérias-primas e como mercado para os insumos agroindustriais.

Ele dedica todo o capítulo dois para uma retomada do debate clássico leninista e populista, que estabelece as coordenadas básicas para a análise da produção familiar, vendo o conceito de proletarianização como a separação do produtor direto de seus meios de produção. Defende que a penetração do capitalismo na agricultura, criando o pequeno produtor capitalizado, levou a uma redefinição deste conceito de proletarianização em termos da capacidade, por parte do capital, de estabelecer controle direto sobre o processo de produção, onde o controle jurídico formal permanece com o produtor direto (p.41).

No capítulo três o autor analisa as características específicas do setor minifundiário nordestino, demonstrando o papel decisivo do trabalho extrafamiliar e seu crescente peso na consolidação de uma produção comercial.

Utilizando os capítulos da primeira parte como base, Wilkinson realiza estudos específicos sobre a modernização do pequeno produtor na segunda parte. Analisa três estudos de caso: PDRI Paraguaçu: a modernização do pequeno produtor à sombra do latifúndio; Serra do Ramalho: modernização e colonização por pequenos produtores; Irecê: um caso avançado de modernização. Escolheu ele três casos estruturalmente diferenciados de implementação da política de modernização da pequena produção, procurando identificar os elementos-chaves comuns da dinâmica modernizadora e os fatores internos que ameaçam a consolidação de tal modernização.

Analisa a integração do minifundiário no sistema de crédito rural oficial, condicionando-se este nesta integração para a adoção dos chamados “pacotes tecnológicos”, transformando-se num produtor de mercadorias em tempo integral, derivando-se o aumento de produção resultante de um dispêndio maior de trabalho e não de aumento de produtividade. Chega a conclusão de que a maior parte dos pequenos produtores é incapaz de corresponder às condições do processo de modernização, sofrendo um processo de marginalização que tende a expulsá-los do meio rural. Aqueles que têm condições de efetivar as transformações exigidas pelo processo de modernização subordinam-se a uma nova base técnica para o processo de trabalho. A expansão continuada da área cultivada e a dependência de uma oferta instável de mão-de-obra temporária desqualificada estimulam a adoção da mecanização. Sendo, no entanto, o valor da produção dos pequenos estabelecimentos insuficiente para a aquisição de máquinas necessárias, o pequeno produtor só consegue reduzir sua dependência do trabalho extrafamiliar ao custo de uma dependência de equipamentos agrícolas alugados. Aqueles que alugam tais equipamentos, tendo-se submetido às particularidades dos seus ciclos de produção, não conseguem, em geral, atender as demandas de máquinas dos pequenos produtores, submetendo-os a um sistema de produção semimecanizado. “Assim, a estrutura agrária, mais uma vez, representa uma barreira estrutural à completa modernização do pequeno produtor, no contexto do Nordeste brasileiro” (p.200).

Um outro importante ponto observado pelo autor foi o de que a política de modernização não contribuiu para “fixar o trabalhador no campo”. Chama ele atenção para o fato de que as facilidades de crédito consolidaram uma dependência do trabalho temporário não-familiar como alternativa preferencial ao pagamento de um salário permanente para o jovem trabalhador adulto familiar, a quem não resta alternativa que não o êxodo rural. A este vai-se juntar, nas cidades, o trabalhador temporário, cujo êxodo é provocado pela mecanização.

O ponto mais importante do trabalho de Wilkinson consiste em ressaltar que o

processo de modernização reforça os vínculos da produção familiar ao mercado de trabalho, colocando-a face a face com contradições que só podem ser resolvidas com outro tipo de contradição (a mecanização), incompatível com a estrutura agrária vigente no Nordeste.

Robério Ferreira dos Santos
EMBRAPA/CNPA